

ACTA N ° 08/ AM /2010

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ-----

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.-----**
- 2. Actas.-----**
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011; -----**
 - b) Mapa de Pessoal para 2011; -----**
 - c) Reestruturação da organização dos Serviços Municipais;-----**
 - d) Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Santiago do Cacém. -----**
- 4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, Alexandre António Cantigas Rosa, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Igor Filipe Almeida Guerreiro e Joaquim António Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vitor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----
-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ

Pela Senhora Dulce Rito, do Grupo Municipal do PS, foi apresentada a seguinte proposta de **“MOÇÃO SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ A LIU XIAOBO”**

MOÇÃO **PELA LIBERDADE**

Em 8 de Outubro de 2010 a Academia Sueca atribuiu o Prémio Nobel da Paz ao cidadão chinês Liu Xiaobo, escritor, comentador político, professor universitário e activista pelos direitos humanos o qual se encontra preso desde 8/12/2008 na prisão de Jinzhou e condenado a 11 anos.

O Comité Nobel Norueguês justificou-o “pela sua longa e não violenta luta pelos direitos humanos fundamentais na China.”

Por todo o mundo se multiplicaram os apelos pela libertação de Liu Xiaobo e de sua mulher, Liu Xia.

Todavia, no dia 10 de Dezembro de 2010, data de aniversário da morte de Alfred Nobel, criador do Prémio Nobel, o Prémio foi colocado simbolicamente numa cadeira vazia na cidade norueguesa de Oslo pois as autoridades chinesas não permitiram que Liu Xiaobo nem nenhum membro da sua família fosse a Oslo para receber o galardão, tendo nomeadamente a República Popular da China, detido a sua mulher, a poetisa Liu Xia.--- Só uma única vez o premiado não havia comparecido, pessoalmente e tal ocorreu em 1936, durante o regime Hitleriano.

Por todo o Mundo se ouviram vozes de protesto, tendo mesmo o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pedido no dia 10 de Dezembro à China que libertasse Liu Xiaobo o mais rapidamente possível, por este representar valores “universais” e que “o Sr. Liu Xiaobo merece esse prémio muito mais do que eu.”

O próprio presidente do Comité Nobel, Thorbjoen Jangland, pediu à China, no início da cerimónia em Oslo, que libertasse Liu Xiaobo.

Aqui e além, porém, vozes se ouviram de discordância da decisão da atribuição do Prémio Nobel da Paz, a Liu Xiaobo, vozes que, noutras situações têm apelado à libertação de pessoas e até de países e mudanças de regimes anti-democráticos, com longa história assente na defesa dos direitos humanos e na valorização de pessoas que, em diferentes épocas e regiões, souberam discordar, de forma pacífica, mas que sofreram retaliações injustas, vozes estas que também não estiveram presentes no passado dia 10/12/2010, em Oslo, embora tivesse sido a luta dessas gentes que foi desbravando e abrindo caminho àquilo que hoje designamos por “democracia”.

Apesar disso a estrada que deixámos para trás é mais curta do que a que se nos apresenta pela frente.

Recordemos, também, a este propósito outros cidadãos verdadeiros combatentes da liberdade, como Aung San Suu Kyi, de Myanmar (Birmânia) agraciada com o prémio Sakharov em 1990 e o Nobel da Paz em 1991, até há pouco tempo em prisão domiciliária, e outros mártires de outros países, como o cidadão cubano Adrian Alvarez Arencebia que foi o mais antigo prisioneiro político do regime de Cuba e que, ao fim de 30 anos de cárcere, foi libertado e enviado para Espanha, à semelhança de outros 39 dissidentes e ainda do também cubano Guilherme Fariñas agraciado com o prémio Sakharov 2010 cuja cadeira também ficou vazia no passado dia 15 de Dezembro no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, aquando da entrega deste prémio por não ter obtido permissão para sair de Havana, para além de Sakineh Ashtiani, do Irão, inicialmente condenada à morte por apedrejamento, sob a acusação de adultério e, após

a veemente reacção internacional, a pena foi comutada para enforcamento, por cumplicidade pelo homicídio do seu marido, e cuja execução está iminente, apesar dos protestos mundiais. -----

Por tudo isto não podíamos ficar indiferentes, embora saibamos que a nossa voz será importante se fizer parte de um colectivo populacional mundial.-----

Em tempo de “inventário” sobre o ano de 2010 e em mês em que as palavras “Paz” e “Solidariedade” mais se ouvem, não queríamos deixar de fazer ouvir a nossa voz no que respeita ao pilar de qualquer democracia – a Liberdade – sem a qual não poderá haver a tão desejada “Paz”.-----

Nestes termos e em **Conclusão:** -----

- 1- A AM de Santiago do Cacém congratula-se com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao cidadão chinês Liu Xiaobo; -----
- 2- A AM de Santiago do Cacém junta-se ao movimento internacional de solidariedade exigindo a libertação imediata de Liu Xiaobo e de sua mulher, Liu Xia;-----
- 3- A AM manifesta o seu mais vivo repúdio por todos os Regimes anti-democráticos que mantêm em prisão os cidadãos que lutam pela defesa dos direitos humanos de forma pacífica, pois só a consciência e consolidação de tais direitos poderão gerar cidadãos livres e iguais e tornar o Mundo mais justo, congratulando-se por todas as medidas tomadas pela libertação de detidos por delito de opinião, nomeadamente pela libertação recente de Aung San Suu Kyi de Myanmar (Birmânia).-----

Moção a enviar a entidades oficiais e a divulgar nos órgãos da Comunicação Social.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, começando por referir que iria votar contra, dado que não discutia decisões judiciais cujos fundamentos não conhecia.-----

Mais referiu que a decisão do Comité Nobel, como já vinha sendo hábito, era uma decisão política, tal como foi no ano transacto ao entregar o Prémio Nobel ao Senhor Obama, quando este mantém pessoas presas em Guantanamo num completo desrespeito pelos Direitos Humanos. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com dezoito votos contra dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Uma abstenção do Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, e onze votos a favor, sendo sete dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. --

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE A GREVE GERAL DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010. -----

Pelo Senhor Daniel Silvério, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de -----

----- **“MOÇÃO** -----
-----**UMA EXTRAORDINÁRIA GREVE GERAL. UMA VITÓRIA DOS** -----
-----**TRABALHADORES** -----

Os trabalhadores e as trabalhadoras cumpriram, no dia 24 de Novembro, uma jornada histórica, uma extraordinária Greve Geral, que envolveu mais de 3 milhões de trabalhadores. -----

A Greve Geral atingiu um grande impacto em todas as regiões do país, regiões autónomas incluídas, bem como em todos os sectores de actividade, tendo sido amplamente referenciada pelos *média*, também internacionais, e saudada por inúmeras organizações estrangeiras, particularmente europeias.-----

Também os trabalhadores residentes no nosso município participaram amplamente nesta grande jornada de luta, que mostrou que os trabalhadores e trabalhadoras não só não aceitam, como continuarão fortemente empenhados em combater uma política que: ----

1. Fragiliza progressivamente o sector produtivo e põe em causa as capacidades e os interesses próprios do país;-----
2. Que destrói emprego, fomenta o desemprego e aumenta o número de desempregados sem qualquer protecção social; -----
3. Que alastra a pobreza e acentua as desigualdades sociais; -----
4. Que encaminha o País para o desastre económico e social.-----

Portugal é um dos países da U.E. com maior ritmo de destruição de emprego e com maior precarização de empregos, sobretudo dos jovens. O número de desempregados sem protecção social é de cerca de 225 mil, também na nossa região esta é uma erva daninha que vai proliferando e ao qual temos de dar um forte combate. -----

Apesar da aprovação do Orçamento de Estado para 2011, este não é um processo encerrado. A situação exige a continuação da luta pela mudança de políticas orientadas para a criação de emprego, para respostas sociais aos desempregados, para melhoria dos salários e para a limitação da precariedade de emprego. -----

A negociação e o diálogo podem e devem ter um papel essencial para, a todos os níveis, superar os problemas que o país enfrenta, mas têm que ser feitos para um efectivo projecto de desenvolvimento nacional. -----

Só será possível travar a voracidade e chantagem “dos mercados”, os efeitos nefastos da governação liberal da União Europeia e responder com êxito aos descabros das políticas seguidas no país durante muitos anos, com políticas que coloquem as pessoas no centro das preocupações e das prioridades, que assegurem crescimento económico e uma mais justa distribuição da riqueza.-----

Que esta não sirva apenas para encher os bolsos do capital que foge das suas obrigações para com o País, como é o caso da fuga aos impostos, com a distribuição de dividendos antecipada, numa altura em que se pedem sacrifícios aos trabalhadores e ao povo português, não podem ser sempre os mesmos a pagar a factura.-----

Assim sendo esta **Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 17 de Dezembro de 2010, aprova exigir do governo:** -----

- **Adopção de uma política económica que trave a destruição de empregos e permita a sua criação. Esta tem de assentar na melhoria de uma base produtiva voltada, não apenas para as exportações, mas também para a produção de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade, base essa que se encontra**

profundamente vulnerabilizada. Este objectivo constitui um dos campos prioritários de debate amplo com a sociedade e de responsabilização dos empresários e accionistas das empresas, nomeadamente, do sector financeiro; -----

- Elevação das condições e melhoria dos recursos colocados à disposição da Administração Local, para que as autarquias possam desempenhar, como desempenharam, um papel primordial no desenvolvimento do país e assegurar funções que foram transferidas para a sua responsabilidade pelo poder Central;---

- Fixação do Salário Mínimo Nacional em 500 euros, em Janeiro de 2011, honrando, assim, compromisso assumido em base de concertação social; -----

- Medidas dirigidas aos desempregados para que não fiquem sem protecção social. Isso exige prolongamento do subsídio social de desemprego, diminuição do seu período de garantia para 365 dias, bonificação do subsídio quando o agregado familiar está desempregado e tem filhos a cargo;-----

- Revisão do processo de prova de recursos para os apoios sociais, do conceito de agregado familiar e da forma de capitação; -----

- Promoção da contratação colectiva e a garantia deste direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa;-----

- Respeito pela negociação colectiva na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado, cujos princípios e normas legalmente estabelecidos foram violados com a aprovação de diversas medidas que constam do Orçamento de Estado para 2011 que, propostas pelo Governo, PS e PSD viabilizaram; -----

- Aumento das pensões de reforma, de acordo com a legislação em vigor;-----

- Reposição do abono de família, desde logo dos 25% do valor que foi cortado nos 1º e 2º escalões; reposição dos 4º e 5º escalões e da acção social escolar; -----

- Reforço dos meios da Inspeção de Trabalho, como de outras inspecções sectoriais, e reorientação da acção da fiscalização para que cumpram, com isenção, a sua função, tornando-se efectivamente úteis e eficazes;-----

- Combate firme à fraude e evasão fiscais e à economia paralela.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, referindo que ao ouvir ler a introdução e os considerandos da proposta de Moção em apreço lhe pareceu que continha um conjunto de questões com as quais se revia, chegando a pensar que se estava perante uma nova abordagem sobre estas situações por parte da bancada da CDU, mas tendo em conta o desenvolvimento da mesma onde é feita uma abordagem tão ampla sobre várias matérias, com algumas das quais os eleitos do PS não concordam, nem podem deixar passar, porque entram no domínio das questões que se dizem por dizer, não tendo em conta que se vive hoje no País um momento tão delicado que é impossível concretizar algumas das posições manifestadas, pelo que, o Grupo Municipal do PS não podia concordar que a Assembleia Municipal se vinculasse às mesmas. -----

Acrescentou que tinha o maior respeito pela greve geral de vinte e quatro de Novembro, considerando que se tratou de uma manifestação social importante e forte que se assumiu bem e com todo o direito. Contudo, discordou do número de três milhões que foram avançados, porque no país existem três milhões e setecentos mil de trabalhadores por conta de outrem, pelo que, se tivessem aderido à greve o número de trabalhadores indicado, o País teria parado por completo, o que não aconteceu. -----

Referiu ainda que a questão do Salário Mínimo Nacional era importante, considerando lamentável e triste que ainda hoje se esteja a discutir a possibilidade do seu aumento para quinhentos euros, no próximo ano, conforme o acordado com o Governo, acrescentando que o que estava em discussão, tendo em conta a situação actual, é que

aquele aumento seja feito de forma progressiva em dois mil e onze, dado não ser possível a sua concretização, na totalidade, no dia 1 de Janeiro, conforme já foi reconhecido por alguns sindicatos, considerando importante não se desistir das negociações para a sua aplicação, de forma a que este objectivo seja concretizado, de forma faseada, durante o próximo ano. -----

Pelo exposto, referiu que o Grupo Municipal do PS, não se podia identificar com as conclusões finais da proposta de Moção, pelo que, iriam votar contra, com todo o respeito pelas posições diferentes. -----

Interveio o Senhor João Saraiva de Carvalho, referindo que o Senhor Alexandre Rosa e o seu partido, o PS, se deviam capacitar que os portugueses são capazes de pensar, demonstrando através de um exercício aritmético que não existe falta de produtividade por parte dos trabalhadores, muito pelo contrário, acrescentando que o défice que existe é por falta de produtividade política. -----

Mais referiu que há situações em que o Governo colabora com empresas de capital intensivo para dispensarem trabalhadores através da introdução de novas tecnologias, com investimentos muito dispendiosos, esquecendo a enorme dificuldade em arranjar profissionais qualificados no país para operarem com esse equipamento. -----

Acrescentou que gostaria que alguém lhe explicasse porque razão empresas a laborar no país, há décadas, como a Opel, se deslocalizam para Espanha, afirmando que irão poupar quinhentos euros por cada viatura produzida. -----

Mais referiu que há uma grande empresa que se prepara para despedir milhares de trabalhadores e que, se a mesma aumentasse em quinhentos euros o salário dos seus operadores, dinheiro que reverteria para a economia nacional, teria ainda um lucro de zero vírgula cinco por cento, medida que seria mais benéfica do que a distribuição dos lucros pelos accionistas que não se sabe onde irá parar. -----

Referiu ainda que hoje um jovem licenciado ganha menos que um profissional com menos habilitações académicas, mas com mais anos de carreira, e fazem mais horas sem qualquer retribuição, como acontece na Banca. -----

Concluiu, referindo que não existe por parte do PS qualquer reconhecimento por aqueles que o ajudaram, pelo que, considerou que não fazia sentido virem agora dizer que ninguém os quer ajudar. -----

O Senhor José Sucena referiu, a propósito da intervenção do Senhor Alexandre Rosa sobre os números de adesão à greve de geral, sentir algum desconforto pelos fracos conhecimentos aritméticos demonstrados pelo mesmo. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, O Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Dez votos contra, sendo 7 dos eleitos do PS senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e

três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

A partir deste momento, eram vinte e duas horas, verificou-se a ausência do Senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa.-----

SEXAGÉSSIMO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.-----

Pelo Senhor José Sucena, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte -----

SAUDAÇÃO -----

No passado dia 10 de Dezembro comemoraram-se os **62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.**-----

Acompanho esta celebração e muito gostaria que um dia os movimentos populares na Grécia, França, Inglaterra, Espanha, Portugal e de outros Países que se manifestam e são reprimidos pelas forças políticas ditas democráticas no poder, pudessem ver atribuído o Prémio Nobel da Paz, já que na génese das suas iniciativas apenas está a luta pela dignidade do ser humano no que esta representa de direito à habitação, ao trabalho, aos cuidados de saúde, ao ensino e à cultura, de acordo com os trinta artigos da Carta Universal dos Direitos Humanos.-----

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011 --

Pelo Senhor João Saraiva de Carvalho, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de -----

“MOÇÃO -----

Considerando que -----

1. As orientações aprovadas no Orçamento de Estado/2011 implicam aumento de impostos, reduções de salários na função pública, cortes significativos nas prestações sociais, diminuição no investimento público, entre outras, retraindo a actividade económica, aumentando o desemprego e alargando as dificuldades e a pobreza;-----
2. O Orçamento de Estado penaliza os Municípios, reduzindo as suas receitas próprias e as transferências do estado e agravando as limitações à sua capacidade para obter fundos junto de terceiros; -----
3. Destas limitações decorrerão consequências negativas para o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental e a concretização do investimento municipal, deste modo obstaculizando o contributo dos municípios para o desenvolvimento económico e agravando as suas dificuldades no cumprimento das suas responsabilidades;-----
4. Estas decisões se sobrepõem à diminuição que, desde 2005, se vem registando na participação dos Municípios nos impostos do Estado, e à retenção, em 2010, de 100 milhões de euros de transferências relativas àquela participação e aos quais os Municípios têm direito por força da Lei de Finanças Locais;-----
5. As medidas aprovadas no Orçamento de Estado, designadamente as limitações impostas ao endividamento municipal, comprometem o aproveitamento pleno do financiamento comunitário; -----
6. O Governo não tem cumprido com os protocolos assinados com os Municípios, acumulando dívidas aos Municípios e pondo em causa a capacidade destes para responderem às responsabilidades assumidas;-----

7. O Orçamento de Estado para 2011 prevê a redução nos apoios sociais às populações o que se traduzirá num aumento do recurso dos munícipes ao Poder Local, sem capacidade para responder adequadamente às necessidades; -----

A Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2010 -----

1. Afirma o seu veemente protesto contra a Lei do Orçamento de Estado aprovada pela Assembleia da República. -----

2. Reclama o cumprimento da Lei de Finanças Locais. -----

3. Exige a regularização das dívidas do Governo aos Municípios.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, começando por referir que a Moção apresentada lhe parecia algo como uma “prova de vida”, com todo o respeito por quem a apresentou, acrescentando que todos sabem do que se está a falar e, assim sendo, devolveia o apelo “para pensarmos todos um bocadinho”, porque este tipo de Moção passava ao lado dos problemas reais que o País enfrenta. Mais referiu que ninguém pode gostar de um orçamento de crise, considerando importante que se saiba porque se chegou a esta situação, em que o País ou tem um orçamento de rigor e poderá continuar a financiar-se e a desenvolver a economia ou não o tem e a situação ficará ainda pior. ---
Acrescentou que, independentemente das ideias e opiniões que possamos ter sobre a economia mundial e o sistema capitalista, a realidade é que estamos inseridos numa economia global que determina que tenhamos um orçamento de rigor para continuarmos a obter financiamento para o Estado, caso contrário o País pára. Pelo que, é preciso cortar. E quando se corta quatro mil milhões de euros na despesa do Estado as consequências chegarão aos municípios e à casa das pessoas em todo o País e também aos Açores, não podendo deixar de estar contra a posição tomada pelo Governo Socialista daquela Região Autónoma ao compensar alguns trabalhadores Açorianos pelos cortes nos salários resultantes das medidas previstas no OE.-----
Referiu ainda que a questão que se colocava era saber se existiam alternativas ao Orçamento em causa na actual conjuntura económica/financeira e tendo em conta que vivemos no contexto europeu. Acrescentou que discordava de algumas políticas europeias em muitos domínios, mas que as mesmas são produzidas por órgãos cuja constituição resulta da votação dos cidadãos, os quais, de uma forma assustadora, votam cada vez mais à direita.-----
Concluiu, referindo que embora acompanhasse algumas preocupações inscritas na Moção considerava que não se podia pensar que a redução da despesa pública não iria afectar os municípios, acrescentando que, apesar dos constrangimentos ditados pela crise, foi possível à Câmara Municipal apresentar um Orçamento para dois mil e onze ligeiramente superior ao do ano transacto. -----
Interveio o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, referindo que o Orçamento de Estado para 2011, é um orçamento penalizador para as famílias, para as empresas e para o País em geral, para o qual contribuíram algumas medidas do Governo como o facto de prestar uma garantia de dois mil milhões de euros ao BPN numa tentativa de resgatar um banco em situação de falência. Questão que há um ano atrás foi abordada na Assembleia, onde se disse que a situação a que tinha chegado aquele Banco era um caso de polícia, dado que tinha havido desvios de dinheiro, roubos e enganar, e que os faltosos deviam responder perante a Justiça, mas o Governo achou que devia injectar dinheiro no Banco, o que fez através da Caixa Geral de Depósitos, montante aquele retirado à economia real através deste e de outros orçamentos que se seguirão.-----
Acrescentou que o OE 2011 resulta não só da conjuntura internacional, mas também de medidas que foram tomadas no passado, cujas consequências negativas são para os

trabalhadores e para os cidadãos em geral que estão agora a pagar os desvarios bolsistas e as políticas erradas dos governantes.-----

O Senhor Daniel Silvério, eleito da CDU, referiu discordar da afirmação do Senhor Alexandre Rosa de que o OE não agradava a ninguém, por considerar que o mesmo é do agrado dos grandes grupos económicos, dos patrões e das empresas que andam a fugir ao fisco, acrescentando que só no caso da PT, as mais valias bolsistas que não vai pagar ao Estado dava para cobrir o valor dos abonos retirados a famílias com rendimentos acima de seiscentos euros, as quais o Governo considera que são ricas. Contudo, acrescentou que o OE não belisca nem a banca nem os accionistas das grandes empresas, alguns dos quais têm aberto filiais noutros países para desviar as mais valias produzidas no País.-----

Concluiu, referindo que o OE de 2011 penaliza sempre os mesmos, os trabalhadores, os municípios e as populações.-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referiu que gostaria de acreditar nas preocupações enunciadas pelo Senhor Alexandre Rosa e que gostaria também que o mesmo lhe explicasse como é que, com as mesmas pessoas a governar, o défice em 2008 foi de 2,7 e em 2009 de 9,3. Acrescentou ter dificuldade em acreditar num Governo que sistematicamente engana as pessoas que investem, as quais ficam sem saber o que fazer com os meios em que investiram.-----

Mais referiu que gostaria de saber qual o Activo e o Passivo da PT, os montantes distribuídos aos accionistas e o que ficou para pagar às pequenas e médias empresas. Verbas estas que considerou importantes para dinamizar a economia real do País.-----

Referiu ainda que não se fala das obrigações sociais que as empresas devem ter relativamente à comunidade, como se as mesmas existissem fora dela.-----

O Senhor Alexandre Rosa esclareceu que as contas relativas à diferença do défice em 2008 e 2009 estão feitas e explicadas, por escrito, sendo que a mesma resulta, fundamentalmente, da crise económica devido à redução da receita, ao aumento significativo das despesas sociais por causa da crise que levou a que o desemprego aumentasse de quatrocentos mil para quinhentos e sessenta mil trabalhadores, à disponibilização de verbas pelo Estado para as pequenas e médias empresas com o objectivo de dinamizar a economia e ainda aos custos de formação no âmbito da “Lei off”, medida acordada com os parceiros sociais.-----

Mais referiu que era importante que se soubesse que o Estado não colocou dinheiro no BPN.-----

No referente à antecipação de dividendos aos accionistas por parte das empresas nomeadamente, a PT, Jerónimo Martins e Portucel, considerou profundamente lamentável que as mesmas não tenham tido a capacidade e o discernimento de perceber que, eticamente, não o deviam fazer, embora a lei o permita, acrescentando que o mais correcto seria fazê-lo depois de encerrarem as contas, no mês de Março de dois mil e onze. Acrescentou que esta situação já foi condenada pelo Senhor 1º Ministro e pelo Senhor Ministro das Finanças. Mais referiu que sendo uma acção eticamente reprovável não é ilegal, não sendo possível fazer o que o PCP propôs na Assembleia da República, antecipar a aplicação da norma do OE, ou seja, aplicar a lei de forma retroactiva, o que não é possível num Estado de Direito.-----

Interveio novamente o proponente da Moção, Senhor João Saraiva de Carvalho, referindo que mantinha a posição sobre este assunto que atrás transmitiu e que gostaria de ter percebido o que o Senhor Alexandre Rosa tentou explicar, mas não conseguiu.---

Mais referiu que trabalhou em grandes e em pequenas empresas com uma cultura diferente da que é hoje praticada, pelo que, não podia compreender, nem aceitar que

empresários que representam associações patronais venham para a televisão pedir leis para facilitar os despedimentos, porque os bons empresários que investem na formação do seu pessoal e os bons trabalhadores não estão interessados naquelas leis, acrescentando que foi esta a cultura empresarial que viveu, na qual as empresas assumiam também a sua responsabilidade social, o que hoje não fazem e também não lhes é exigida, por quem de direito. -----

Acrescentou também que considerava importante que o patrão, o encarregado, o chefe de divisão olhasse para o trabalhador tendo em conta o seu profissionalismo e no respeito pela sua cultura e opções políticas, ou seja, respeitando as diferenças, o que hoje está a desaparecer, considerando que se trata de uma postura que não é aceitável num Estado de Direito. -----

Referiu ainda lamentar a saída da Opel do País, onde trabalhou durante quatro anos, e que a sua deslocalização se deva ao facto da energia do País ser a mais cara da Europa, assim como os transitários. Acrescentou que estas eram situações que o Governo devia ver. -----

Interveio o Senhor Daniel Silvério, eleito da CDU, referindo que, lamentavelmente, o Governo não teve coragem para tomar uma posição firme relativamente ao adiantamento dos dividendos aos accionistas feito por grandes empresas e que não compreendia a argumentação do Senhor Alexandre Rosa de que as leis não se podem aplicar retroactivamente, quando o Governo vai fazê-lo com a aplicação das novas taxas do IRS aos trabalhadores, em Janeiro de dois mil e onze, relativa aos rendimentos do ano de dois mil e dez, com base em legislação de Julho do mesmo ano. Acrescentou que o Governo deveria ter a mesma coragem para atacar os poderosos como tem para penalizar os mais desprotegidos; os trabalhadores e as pequenas e médias empresas.-----

Mais referiu que gostaria que o Senhor Alexandre Rosa, sendo do mesmo partido, levasse esta mensagem ao Governo. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Nove votos contra, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

ALVALADE – ABERTURA DE LOJA SOCIAL-----

O Senhor Rui Madeira informou que a Junta de Freguesia de Alvalade em conjunto com a Casa do Povo de Alvalade abriram uma Loja Social, para colocar ao serviço da população daquela freguesia e das freguesias vizinhas. -----

FUNDOS COMUNITÁRIOS – CONTRATUALIZAÇÕES -----

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, solicitou informação sobre o ponto de situação das contratualizações do Município. -----

Acrescentou que na última reunião da CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, foram analisadas algumas contratualizações e que lhe pareceram baixas as aprovações de Santiago do Cacém em contraponto com as dos outros municípios do Litoral Alentejano. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual fez uma apresentação detalhada de todas as candidaturas do Município aos Fundos Comunitários através de vários programas a que teve acesso, na qual se inserem as candidaturas ao InaAlentejo colocadas à disposição dos Municípios do Alentejo através das Comunidades Intermunicipais. -----

Mais informou que no âmbito do **Programa Integrado de Qualificação de Vila Nova de Santo André**, o qual compreende nove operações, sendo que um projecto já foi concluído e os restantes oito estão aprovados e em execução, corresponderá um montante de 4.158.254,61€ e vai obrigar ao auto-financiamento por parte do Município, do valor não participado, no montante de 828.305,02 €, enquanto o Feder participa com 80% = 3.326.603,69 € . -----

Na Regeneração Urbana de Santiago do Cacém, onde estão previstas várias acções, às quais corresponde um montante global de 1.696.490,00€, já aprovado, sendo a participação do Feder de 68% = 1.153.379,28€ e a do Município de 543.110,72€.--

Relativamente à **Contratualização**, informou que compreendia duas operações, a Reabilitação da EM 526, aprovada e em fase de conclusão, e o arrelvamento do Campo Municipal de Santo André, a aguardar decisão, cujo montante global é 1.162.989,24€, com uma participação de 448.108,19€ do Feder. -----

No referente a candidaturas a outros regulamentos, compreendendo quatro operações, informou que duas estão aprovadas e as outras duas a aguardar decisão, sendo o montante global das mesmas de 934.220,36€, participadas em 80% = 747.936,29€ pelo Feder e a diferença, pelo Município 186.284,07€. -----

Candidaturas ao Corredor Azul, informou que compreende duas operações, uma já aprovada e outra a aguardar decisão, no montante global de 1.209.916,89€, sendo uma das operações participada em 80% e a outra em 58,9%, pelo Feder, no montante global de 744.000,00€, e pelo Município em 465.916,89€.-----

Candidatura à Rede Urbana do Litoral, informou que foi aprovada uma operação, no montante de 300.000,00€, participada em 80% pelo Feder = 240.000,00€, sendo que a participação do Município é de 8.571,43€, dado que se trata de uma operação conjunta com outros municípios, acrescentando que a este programa poderão ser apresentadas outras candidaturas.-----

Mais informou que o investimento global das candidaturas do Município aprovadas até agora era de 8.100.000,00€ (Oito milhões e cem mil euros).-----

Informou ainda que o horizonte temporal para apresentação das candidaturas foi definido de 2007 a 2013 e que o prazo para execução dos projectos vai até 2015. -----

Acrescentou que o Município iria preparar mais propostas a candidatar aos vários regulamentos, numa lógica de poder beneficiar das várias oportunidades que se colocam, não direccionando as mesmas somente para um determinado regulamento. ----

Referiu ainda que a questão colocada pelo Senhor Hugo Ferreira era somente relativa à contratualização, mas pensou que seria útil dar uma informação global à Assembleia Municipal sobre esta matéria. -----

O Senhor Hugo Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pela informação prestada, referindo que tinha ficado esclarecido e que o valor relativo à contratualização no Município correspondia ao que foi indicado na reunião da CIMAL, acrescentando que a preocupação era que os montantes disponíveis possam ser contratualizados até 2013. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as preocupações sobre este assunto deverão ser extensivas a todas as entidades, incluindo a CIMAL, dado que a Comunidade ainda não apresentou candidaturas para os oito milhões de que dispõe, acrescentando que, seguramente, o irá fazer dentro dos prazos regulamentares. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, referindo que o problema da contratualização devia preocupar a todos, dado que se trata de verbas pré-orientadas para uma determinada região, neste caso, o Alentejo Litoral, para o qual foram disponibilizados trinta e três milhões de euros através da CIMAL, dos quais vinte e cinco milhões foram distribuídos equitativamente pelos cinco municípios, conforme o acordado pelos mesmos, cabendo desta forma cinco milhões a cada um deles, acrescentando que, se os mesmos não forem utilizados a tempo poderão ser canalizados para outras regiões. -----

Mais referiu que tendo o Município de Santiago do Cacém apresentando também candidaturas a outros programas, considerou que seria importante tomar medidas, atempadamente, caso não venha a precisar de toda a verba, para que a mesma possa vir a ser aproveitada por outros municípios do Litoral Alentejano. -----

Referiu também que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Vice-Presidente da CIMAL, não deixará de ter a preocupação de fazer com que o dinheiro disponível venha a ser aplicado no Litoral Alentejano. -----

Informou que está prevista uma reprogramação do QREN, tendo em conta as dificuldades de realização de alguns municípios e outras entidades, considerando importante que, se algum município não gastar os fundos disponíveis que os mesmos sejam redistribuídos por outros municípios. -----

O Senhor Presidente da Câmara municipal referiu que gostaria de adicionar ao que atrás expôs sobre este assunto que o Município de Santiago do Cacém tinha avançado com o processo de candidaturas há relativamente pouco tempo, mas já tinha chegado ao nível de aprovação que referiu. Acrescentou que este processo deverá ser desenvolvido em função do plano global de investimentos do Município, deverá ter em conta a sua capacidade financeira para fazer face aos montantes não comparticipados e, no quadro de oportunidades de que se dispõe, no âmbito do QREN, programar as candidaturas num quadro temporal preciso de 2007 a 2013. -----

Mais referiu considerar legítimas, num quadro global, as preocupações sobre esta matéria, mas considerou que o risco das verbas não virem a ser aproveitadas pelos municípios ainda não se colocava, acrescentando que os municípios portugueses têm apresentado uma grande dinâmica na aplicação do QREN e que os problemas mais complicados eram dos organismos da Administração Central.-----

O Senhor Alexandre Rosa referiu que gostaria que ficasse claro que não tinha nada contra o esforço feito pela Câmara Municipal ao procurar várias fontes de financiamento, acrescentando que a sua preocupação residia na utilização das verbas pré-direccionadas para a CIMAL, as quais terão que ser contratualizadas nos tempos regulamentados no QREN, caso contrário, terão que ser reprogramadas antes de 2013. Pelo que, a sua intenção era de alerta e não de crítica.-----

Questionou ainda sobre as fontes de financiamento das verbas constantes em “Outros”, no quadro das candidaturas que serviu de suporte à informação dada pelo Senhor

Presidente da Câmara Municipal, designadamente no referente à reabilitação da EM 526.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que se tratava de um contrato-programa com a DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais.-----

Interveio o Senhor Daniel Silvério, começando por agradecer a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto em apreço, acrescentando que, pelo exposto, se podia concluir que o Município de Santiago do Cacém estava a aproveitar, no possível, os financiamentos da Comunidade Europeia.-----

Mais referiu que as maiores preocupações relativamente a esta matéria se prendiam com a não utilização dos fundos europeus destinados ao sector agrícola e industrial, os quais tiveram que ser devolvidos à União Europeia, com prejuízo para o desenvolvimento da economia do País.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO JORNALISTA CARLOS PINTO COELHO.-----

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, propôs um voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Carlos Pinto Coelho, cujo funeral teve lugar nesta data, 17 de Dezembro de 2010.-----

Acrescentou que Carlos Pinto Coelho tinha estado recentemente em Santiago do Cacém, na Biblioteca Municipal, para entrega do Prémio de Conto Manuel da Fonseca, na qualidade de membro do Júri.-----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, referiu acompanhar a iniciativa do voto de pesar, referindo que Carlos Pinto Coelho era um homem afável que muito inovou na informação e na cultura.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal tinha aprovado também um voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Carlos Pinto Coelho, o qual colaborou com a Câmara Municipal, nos últimos tempos, em várias iniciativas culturais e estava prevista a continuidade da sua colaboração com o Município.-----

Mais informou que, aquando da homenagem do Governo Francês a Carlos Pinto Coelho com a atribuição da Legião de Honra, esteve presente, a seu convite, na Embaixada daquele País.-----

Todos os eleitos se associaram ao **voto de pesar**, o qual foi **aprovado, por unanimidade**.-----

VOTOS DE BOAS FESTAS-----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, desejou a todos os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, trabalhadores das autarquias e população do Município um Bom Natal e um Bom Ano de 2011.-----

Todos os eleitos agradeceram e se associaram aos votos de Boas Festas.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente.-----

O Senhor Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal, desde a última Sessão Ordinária, em 24 de Setembro de 2010, até à presente data.-----

2. Actas-----

O Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação as actas nº s 06 e 07, da Sessão Ordinária de 24 de Setembro e da Sessão Extraordinária de 5 de Novembro de 2010, respectivamente.-----

A Acta nº 06 foi aprovada, por maioria, com duas abstenções, dos senhores Alexandre Rosa e Luís de Assis Silva do Ó, eleitos do PS, por não terem estado presentes.-----

A Acta nº 07 foi aprovada, por maioria, com seis abstenções, dos senhores Alexandre Rosa, Hugo Ferreira, Luís de Assis Silva do Ó, eleitos do PS, Maria de Fátima Boa Vida e Ângela Baltazar, eleitas da CDU, e Ana Raquel Cunha Nunes, eleita do PSD, por não terem estado presentes.-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Onze, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, conforme documentos em anexo. *-----

FUNDAMENTOS: - Conforme o disposto na alínea c) do nº. 2 do artº.64 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

*Documentos que são dados como reproduzidos na presente acta com o número vinte e um, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricados pelos membros da Mesa.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que os documentos em apreço integravam um conjunto de intervenções e orientações que traduziam as opções estratégicas definidas no programa da Força Política que venceu as eleições no Município, designadamente:-----

1ª Atrair investimento para criar riqueza e emprego;-----

2ª Enriquecer a vida das pessoas;-----

3ª Melhorar a prestação do serviço público;-----

4ª Contribuir para garantir o futuro das gerações vindouras;-----

5ª Melhorar a eficiência na utilização dos recursos;-----

6ª Promover processos de participação dos cidadãos.-----

Acrescentou que estas opções serão avaliadas pelas populações dentro de três anos, no final do mandato em curso.-----

Mais referiu que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, se inseriam no contexto económico que o País atravessa, em que estão previstos cortes muito significativos no financiamento aos municípios portugueses, os quais se traduzem em menos vinte e sete milhões de euros para os Municípios, até ao final do ano, e um aumento da carga fiscal para as autarquias em matéria de Segurança Social que representa menos trezentos e trinta mil euros para os municípios. Acrescentou que as transferências do Orçamento de Estado para os municípios tem vindo a diminuir e que o princípio da justa repartição entre a Administração Central e a Administração Local, anunciada pelo Governo através do Senhor 1º Ministro não se concretizou. Mais informou que para o Município de Santiago do Cacém, o valor estimado da redução da participação nos impostos do Estado é de cerca de um vírgula um milhões de euros, comparativamente ao previsto no Orçamento de Estado de 2010.-----

Referiu ainda que o Governo aumenta as limitações ao endividamento das Autarquias, enquanto se permite aumentar os níveis do seu próprio endividamento, crescendo ainda

que os municípios irão sofrer as consequências do aumento das taxas do IVA, dado que parte significativa do mesmo não é dedutível. -----

Referiu também que esta situação foi debatida pelos municípios no âmbito da ANMP e que se concluiu que o impacto negativo para os municípios se estima em um vírgula oito milhões de euros. -----

Concluiu, referindo que seria feito um esforço para cumprir com os valores propostos no Orçamento, os quais traduzem alguns cortes na Despesa e um ligeiro aumento na Receita. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alberto Brito, eleito do PS, solicitando esclarecimentos sobre a ampliação da EB1, nº 2 de Ermidas Sado, as obras previstas para Ermidas Aldeia, as ruas que vão ser intervencionadas no Bairro Oriental, se era a Rua 35 e a Rua do Alentejo, e quais as infraestruturas previstas intervir naquela Vila.-----

Questionou ainda se estava inscrita a reposição dos passeios na Rua 30 e no Jardim.----- Mais referiu não ter visto qualquer verba inscrita nos documentos para pagamento de Seguros de viaturas à Cruz Vermelha de Ermidas, a exemplo do que é praticado relativamente às Associações de Bombeiros do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, em Ermidas Aldeia, irão ser intervencionados alguns arruamentos que foram sinalizados, e que as restantes intervenções são trabalhos que a Câmara Municipal tem em curso.-----

Acrescentou que no 1º trimestre de 2011, a Câmara Municipal irá promover reuniões com as Juntas de Freguesia, para operacionalizar algumas intervenções que serão cobertas por uma verba prevista para o efeito.-----

Relativamente a pagamentos de seguros à Cruz Vermelha, informou que não tem sido prática da Câmara Municipal pagar os seguros das viaturas daquela entidade, acrescentando que está prevista uma verba para apoio à mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador José Rosado, com competências delegadas nesta área, o qual informou que iriam ser alterados alguns procedimentos, no sentido de dar respostas mais rápidas às reposições dos passeios, e que irão ser recolocados aqueles que, há algum tempo, aguardam intervenção. -----

Sobre a Escola, informou que se trata de duas intervenções de fundo; uma que tem a ver com a cobertura, para a qual será aberto concurso, e a outra relativa ao parque da escola, as quais estão a ser analisadas. -----

O Senhor Alberto de Brito questionou, se as infraestruturas iam ser executadas por administração directa ou se iam ser adjudicadas a empresa externa. -----

O Senhor Vereador José Rosado informou que será aberto concurso para a sua execução. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionando, se a verba que transitava para dois mil e onze relativa às obras na Rua Professor Egas Moniz era para corrigir a mesma, dado que o pavimento ficou todo aos altos e baixos, ou seja, pior do que estava.

Referiu que verificou que se gasta duzentos e oitenta mil euros no Controlo de Qualidade da Água, pelo que, considerou que seria de se começar a beber água da torneira, a exemplo do proposto na Assembleia da República, poupando assim no consumo de água engarrafada. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou relativamente à verba para as obras da Rua Professor Egas Moniz que a mesma se destinava ao pagamento em dívida. -----

Mais informou que aquelas obras decorreram em momentos diferentes, uma parte com tempo seco e outra com chuva, o que afectou o piso de maneira diferente. Acrescentou

que foi acordado com o empreiteiro deixar passar algum tempo para testar o pavimento com a pressão de carga pesada, para depois rectificar o que for necessário. -----
Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começando por referir que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, se congratula com todo o trabalho desenvolvido, recentemente, naquela Freguesia, no âmbito do PIQURB – Programa Integrado de Qualificação Urbana. Acrescentou que se trata de uma experiência que não tem sido fácil em termos de aplicação prática, com a qual tem apreendido muito, felicitando os técnicos municipais pelo seu desempenho no desenvolvimento dos projectos, aos quais ele e a sua equipa na Junta de Freguesia puderam transmitir os conhecimentos que têm relativos a uma Cidade que viram nascer e crescer. -----
Mais referiu que o Executivo Municipal está de parabéns relativamente às obras no âmbito daquele Programa, as quais se estão a revelar um sucesso no reordenamento daquela Cidade.-----
Referiu também que o Município de Santiago do Cacém tem sabido aproveitar as verbas da União Europeia e que também a Junta de Freguesia de Santo André, relativamente ao PIQURB, avançou com a candidatura para a Rede Ciclável, embora com verbas reduzidas, a qual irá passar por todos os Bairros da Cidade. -----
Informou ainda que a Junta de Freguesia de Santo André estava a preparar uma candidatura ao PROMAR, promovida pela ADL, para valorização do Ciclo Piscatório da Costa de Santo André, uma Mostra Gastronómica e qualificação das Festas de S. Romão, as quais têm tido um enorme sucesso, sendo necessário a existência de infraestruturas de apoio para que aqueles eventos tenham qualidade.-----
Referiu ainda que a Junta de Freguesia de Santo André se disponibilizou para participar numa candidatura do ICNB que previa a criação de uma ecovia que atravessaria a Reserva, com ligação à Rede Ciclável e praia do Porto das Carretas, a qual contribuiria para dar vida à Lagoa e beneficiaria a população, acrescentando que lhe constou que esta candidatura não ia avançar. -----
Concluiu, referindo que sentia o maior orgulho pelo facto da Junta de Freguesia de Santo André poder contribuir para o sucesso das obras do PIQURB, desejando êxito para quem as vai concretizar no terreno.-----

PRIMEIRO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o Regimento.-----

Não foram levantadas objecções. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, começando por agradecer as apresentações feitas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente às candidaturas aos Fundos Comunitários e aos documentos em apreço, considerando que contribuíram para que fossem melhor informados. Acrescentou que gostaria que lhe fosse fornecida, via correio electrónico, os documentos suporte das apresentações, dado que se tratava de informação bem sistematizada, a qual lhe seria útil. -----

Sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e onze, referiu que a primeira ilação que tirava da análise dos documentos era de que, apesar da crise, e do impacto negativo de menos 1,8 milhões de euros, a Câmara Municipal conseguia apresentar um Orçamento para dois mil e onze, ligeiramente superior ao do ano de dois mil e dez, o que significava que não foi inviabilizado o desenvolvimento dos trabalhos e investimentos em curso. Acrescentou que esta situação resultava da conjugação positiva de dois factores; o aumento significativo das transferências da Administração Central,

em mais de meio milhão de euros do FEF e dos financiamentos dos Fundos Comunitários (FEDER), graças à capacidade da Câmara Municipal que conseguiu apresentar projectos para candidaturas, conseguindo ainda mais algum financiamento da Administração Central, através da DGAL (meio milhão de euros) para a Reabilitação da EM 526. -----

Mais referiu a sua satisfação pelo esforço nas transferências financeiras e pelo facto do Município ter capacidade para ir buscar financiamentos, porque eram os mesmos que iriam possibilitar a concretização dos grandes investimentos em curso na Cidade de Santiago do Cacém e na Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

Referiu ainda que tem vindo a repetir que é com muita satisfação que os eleitos do PS vêem a concretização dos investimentos nas duas cidades, mas gostariam que houvesse a mesma preocupação e dinâmica de investimento nas outras freguesias do Município, porque consideram que embora também esteja a ser feito algum investimento nas mesmas, elas precisam de mais.-----

Referiu também que da análise dos documentos não notou nenhum esforço de poupança no Orçamento em apreço.-----

Concluiu, referindo que o sentido de voto dos eleitos do PS era contra, pelas razões opostas às da Maioria CDU, dado que era a concretização do programa político desta Força Política que estava em causa e não o do PS.-----

Interveio o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, referindo que o Orçamento em apreço se enquadrava num contexto de crise e com a previsão da redução de receitas fiscais. Contudo, verificou que o mesmo apresenta valores idênticos aos dos anos anteriores, pelo que, iria ficar expectante relativamente ao cumprimento dos valores da Receita e da Despesa, os quais nos últimos anos se tem afastado das previsões.-----

Mais referiu que tem sido muito crítico relativamente ao processo do Orçamento Participado, defendendo que o mesmo deveria sofrer uma evolução para que a sua construção reflectisse melhor a participação das pessoas. Acrescentou que lamentava o facto de não ter havido Orçamento Participado, no ano em curso, mesmo que limitado, porque permitiria alguma abordagem com as populações.-----

Considerou da maior importância os processos em curso de qualificação urbana de Santiago do Cacém e de Santo André e o facto da Câmara Municipal estar a aproveitar a possibilidade de recurso às várias fontes de financiamento. -----

Acrescentou que gostaria que processos de investimento semelhantes fossem desenvolvidos nas freguesias rurais, de forma a tornar a periferia mais apetecível para morar e trabalhar, contrariando assim o seu progressivo esvaziamento de pessoas. -----

Referiu ainda que considerava importante que houvesse contenção na Despesa, sem que no processo de racionalização das mesmas seja tido em conta que os recursos devem ser prioritariamente direccionados para apoio social e cumprimento das obrigações do Município relativamente às pequenas empresas, pagando atempadamente aos fornecedores, tendo em conta o contexto de crise em que se vive. -----

Referiu também que era importante que existisse uma estratégia para o Ambiente que permitisse a redução das despesas com a diminuição dos consumos de energia, água e combustíveis nos equipamentos móveis e imóveis do Município. Processo que, na sua opinião, deveria ser iniciado com uma auditoria aos consumos actuais e a procura de alternativas mais económicas e sustentáveis do ponto de vista ambiental. -----

Acrescentou que outra questão estratégica que considerava indispensável para o desenvolvimento no Município era o factor mobilidade, no sentido de permitir às pessoas um melhor e mais rápido acesso à educação, à cultura, ao desporto e ao trabalho. -----

Pelo Senhor José Sucena, eleito da CDU, foi feita a seguinte intervenção: “A diminuição de 1,1 milhões de euros nas transferências do Poder Central para Santiago do Cacém levará ao agravamento da crise que se vem sentindo.-----
Ora, “numa Conjuntura de crise, as políticas públicas adequadas são as que vão ao encontro da satisfação das necessidades primeiras dos cidadãos, sobretudo das camadas mais desprotegidas”, como bem dizem os Vereadores do PS Arnaldo Frade e Óscar Ramos na sua justificação de voto contra a aprovação do orçamento que hoje analisamos e iremos votar.-----
Todavia, na realidade do corte que nos é apresentado não é assim que acontece. Para espelhar isso mesmo, parafraseando ainda aqueles Vereadores, basta verificar que se gastaram milhares de euros em submarinos e carros de combate, enquanto se reduzem as transferências para as autarquias com os consequentes prejuízos na segurança e acção social (palavras deles), em bolsas de estudo (palavras deles), e apoio a reformados e pensionistas (palavras deles).” -----
Interveio novamente o Senhor Jaime Cáceres, referindo que no PPI estão previstos investimentos a concretizar num futuro próximo, como é o caso do Centro Cultural de Santo André, o qual constituirá uma mais valia importante para aquela Cidade, onde nos últimos anos tem tido lugar uma Mostra de Teatro que é do melhor que existe ao sul do Tejo, dispondo ainda aquela Cidade da Associação Quadricultura que tem vindo a promover o Festival de Jazz e outras iniciativas culturais, para além de outras associações culturais e desportivas e de muitos artistas. -----
Sobre o investimento nas zonas rurais, referiu que via com muita satisfação a construção prevista de uma piscina em Alvalade e outra em Cercal do Alentejo.-----
Acrescentou que o Poder Central ao encerrar escolas e postos de polícia está a contribuir para a desertificação do interior do País, não só do Município de Santiago do Cacém. ---
Mais referiu que quando os transportes públicos não chegam às localidades do interior, as pessoas perdem a mobilidade e deixam de ter acesso a tudo o que é de mais essencial, à educação, à segurança, à cultura, à saúde e a outros meios de subsistência, considerando que nestas circunstâncias não poderá haver desenvolvimento. -----
Concluiu, referindo mais uma vez que se congratulava com os documentos previsionais apresentados pela Câmara Municipal, porque os mesmos eram reveladores de uma visão de futuro, considerando que é de pessoas com visão que o Município precisa.-----
Interveio o Senhor Fernando Gonçalves, referindo que relativamente à Freguesia de Vale de Água, estão previstas duas obras que solicitaram, os arruamentos do Loteamento apoiado de José Inácio, já em fase de conclusão, e a Estação Elevatória de Vale das Éguas. Contudo, não foi incluído o parque infantil e a pavimentação do acesso principal àquela localidade, obras que também tinham sido solicitadas pela Junta de Freguesia, pelo que, questionou se as mesmas foram integradas noutras rubricas.-----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara Municipal está e vai continuar a investir em todas as freguesias rurais do Município, designadamente nas infraestruturas de loteamentos em S. Bartolomeu, Vale de Água, Alvalade e S. Domingos, S. Francisco da Serra. Na Etar de Cercal do Alentejo, através das Águas do Alentejo, da qual a Câmara Municipal faz parte, e também nas acessibilidades em várias freguesias. Acrescentou que poderá não ser o investimento que todos desejariam, mas será aquele que for possível realizar. Mais referiu que era também importante não esquecer o investimento significativo feito pela Câmara Municipal nalgumas freguesias, num passado recente. -----
Referiu ainda que o esforço de investimento nas cidades, visa também aproveitar o financiamento disponível dos Fundos Comunitários.-----

Recordou também que, há alguns anos atrás, se reclamava na Assembleia Municipal pela falta de investimento nas cidades e nos seus centros históricos. -----

Acrescentou que o que se pretende é que haja um desenvolvimento equilibrado em todo o Município, e que as freguesias e cidades precisam é de empregos e de oportunidades para todos, de investimentos que permitam dinamizar as forças produtivas, a economia.

Interveio novamente o Senhor Alexandre Rosa, esclarecendo que não disse que não existia a preocupação de investir nas freguesias rurais, o que pretendia transmitir é que era necessário um balanceamento dos investimentos nas cidades e nas zonas rurais de forma equilibrada, embora compreendesse a necessidade de aproveitar os Fundos disponíveis, porque seria criminoso não o fazer, sem deixar de ter em conta as limitações do Município no que se refere aos montantes a compartilhar. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, referindo que a década de noventa foi particularmente difícil para a freguesia de Alvalade, onde encerraram duas fábricas e se perderam muitos postos de trabalho. Contudo, acrescentou que na presente década foi possível criar condições para a concretização de investimentos, o que levou à afirmação da Cooperativa Alensado, com marca certificada, a qual está instalada em terreno cedido pelo Município, e à instalação da empresa Valouro e outras, permitindo o relançamento da actividade económica e a consequente fixação de mais pessoas naquela Freguesia, para o qual também contribuirá as obras em curso na EM 526, que irá facilitar a mobilidade dos agricultores bem como o escoamento da sua produção.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. Duas abstenções, sendo uma do Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, eleito do PS, e outra do Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, eleito do BE, e cinco votos contra, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Não deixando de estar solidário com os membros do Grupo da Assembleia Municipal do PS, quero deixar expresso a minha discordância com o corte nas transferências orçamentais à freguesia, mas tomando em consideração que no ano de 2010 a freguesia de Ermidas-Sado não foi esquecida e que no ano de 2011 está inscrito no plano de actividades o mínimo exigível, abstenho-me.” - Pelo Senhor José Sucena, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “A bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária votou a favor das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2011 apresentado pelo Executivo a esta Assembleia, na medida em que:-----

- Apesar do corte do governo em cerca de 7% nas transferências de capital para o Poder Local, que em Santiago do Cacém corresponde a mais de um milhão de euros; apesar do

reflexo do aumento da taxa do IVA, que no nosso Concelho deverá cifrar-se em 700.000,00 euros; apesar do mais que certo impacto na economia do país do orçamento recessivo aprovado, aliás, só com os votos da bancada que na Assembleia da República apoia o governo PS; a Câmara Municipal apresentou-nos para cumprir um Plano com visão de futuro, na sequência do programa com que se apresentou às eleições, e um Orçamento de grande coragem que sobe cerca de 1,2 milhões de euros em relação a 2010, isto porque, no fundamental acredita que, com grande esforço próprio, pode aproveitar e potenciar, em benefício do Concelho, os fundos europeus ao seu dispor. ---- Doutra forma, as populações, além das dificuldades que lhes tocam directamente em consequência do congelamento dos salários e das pensões, dos aumentos dos impostos directos e indirectos, com relevância para o aumento brutal da taxa do IVA e da alteração das tabelas dos produtos que saltaram das taxas mais baixas para 23%, também iriam sentir um empobrecimento acrescido pela menor intervenção da Câmara Municipal no desenvolvimento da sua actividade corrente de valorização e enriquecimento das pessoas.” -----

SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS-----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, o senhor Presidente colocou novamente à consideração da Assembleia o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, em conformidade com o Regimento. ----- Não foram levantadas objecções. -----

A partir deste momento, eram zero horas e trinta minutos, verificou-se a ausência da Senhora Sandra Brás Coelho, eleita do PS. -----

ALTERAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS DOIS ASSUNTOS QUE SE SEGUEM NA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente propôs que fosse **alterada a ordem de discussão dos assuntos**, no sentido da Assembleia Municipal apreciar primeiro a matéria constante da alínea c), tendo em conta a conexão do assunto da alínea b) relativamente àquela. -----

A **proposta** foi aprovada, **por unanimidade.** -----

A partir deste momento, eram zero horas e quarenta e cinco minutos, verificou-se a ausência do Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS. -----

---b) Mapa de Pessoal para 2011; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à Senhora Vereadora Margarida Santos com competência delegada nesta área, a qual apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano 2011, conforme documento anexo.*-----

FUNDAMENTOS De facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objectivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devem ser planeadas, aquando da preparação do orçamento, as actividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e elaborado o mapa de pessoal que contem a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento dessas actividades. O mapa de pessoal é aprovado, mantido ou alterado pela assembleia municipal. -----

De direito: De acordo com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e um do Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, eleito do BE, e três abstenções, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

O Senhor Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, eleito do PS, não esteve presente na votação desta proposta.”-----

---c) Reestruturação da organização dos Serviços Municipais;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: UM:** Aprovar a proposta de reorganização dos serviços municipais, com as seguintes definições: -----

- a) A adopção de um modelo de estrutura orgânica hierarquizada;-----
- b) Uma estrutura nuclear constituída por duas unidades orgânicas nucleares: -----
 - A. Departamento de Administração e Finanças com as seguintes competências: -----**
 - Coordenar e dirigir as actividades relacionadas com as unidades orgânicas flexíveis na sua dependência; -----
 - Planificar e dirigir as actividades que se enquadrem nos domínios da gestão económico-financeira, da administração geral e patrimonial; -----
 - Coordenar as actividades no âmbito da gestão do sistema informático, de telecomunicações e da informação geográfica municipal; -----
 - Participar na definição da política, dos objectivos e instrumentos de qualidade do Município; -----
 - Organizar e gerir o serviço integrado de atendimento ao público; -----
 - Coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos planos de actividade do Município;--
 - Desenvolver e gerir os meios necessários à captação dos instrumentos financeiros da administração central, fundos comunitários e outros de aplicação às autarquias locais; --
 - Promover a estratégia global de gestão dos recursos humanos; -----
 - Gerir, de forma integrada, as actividades relacionadas com o desenvolvimento organizacional e a modernização administrativa; -----
 - Organizar o expediente relativo às reuniões da Câmara Municipal e sessões da Assembleia Municipal;-----

▪Elaborar as actas das reuniões da Câmara Municipal e sessões da Assembleia Municipal, bem como o seu tratamento, arquivo e disponibilização aos diversos serviços;

▪Assegurar o apoio técnico-administrativo à Assembleia Municipal; -----

▪Assegurar a prestação da informação técnico jurídica sobre quaisquer questões ou processos submetidos a apreciação do Município, no âmbito das suas competências; ----

▪Fiscalizar as actividades promovidas pelos munícipes e esclarecer sobre o cumprimento das deliberações dos órgãos do Município, dos regulamentos, posturas e outras normas e legislação em vigor;-----

▪Assegurar a instrução e investigação de processos de contra-ordenação. -----

B. Departamento de Obras Municipais e Ambiente, com as seguintes competências:-----

▪Assegurar o planeamento geral, a direcção e a articulação dos recursos afectos ao Departamento e às unidades orgânicas que o integram. -----

▪Assegurar a coordenação geral dos programas de acção das unidades orgânicas do Departamento, bem como o respectivo controlo de execução, nomeadamente nas seguintes áreas: -----

- Projectos e Obras municipais; -----

- Gestão das infra-estruturas e equipamentos do Município: -----

- Limpeza pública, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;-----

- Abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas; -----

- Gestão ambiental; -----

- Protecção civil municipal e defesa da floresta contra incêndios. -----

▪Promover e/ou colaborar na elaboração de regulamentos municipais, nas matérias da competência do Departamento; -----

▪Colaborar com o DAF e a DI na implementação do Sistema de Informação Geográfica (SIG) municipal; -----

▪Promover, em articulação com o DAF, os processos de modernização administrativa da área das suas atribuições, com vista á melhoria da eficiência interna e da qualidade dos serviços prestados. -----

a) Fixar em vinte o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, correspondentes às divisões e serviços municipais; -----

b) Fixar em quatro o número máximo de subunidades orgânicas, correspondentes às secções municipais. -----

DOIS: Submeter à Assembleia Municipal as competências, os requisitos de recrutamento e a identificação do estatuto remuneratório dos cargos de direcção intermédia de terceiro e quarto grau, em que: -----

A. Competências: -----

i) Coadjuvar o dirigente de que dependam hierarquicamente;-----

ii) Garantir o desenvolvimento das atribuições cometidas à unidade orgânica que dirigem; -----

iii)Gerir com eficiência e rigor os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afectos à sua unidade orgânica;-----

iv)Garantir a coordenação das actividades e a qualidade dos serviços na sua dependência tendo em vista os resultados a alcançar. -----

B. Requisitos de Recrutamento: -----

Os titulares de cargos de direcção intermédia de 3.º ou 4.º grau são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam respectivamente dois ou um

ano de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigível uma licenciatura. -----

C. Estatuto Remuneratório -----

i) Ao cargo de direcção intermédia de terceiro grau corresponde a remuneração de 50% do valor da remuneração fixada para o cargo de direcção superior de 1.º grau, à qual acrescem despesas de representação no valor correspondente a 10% do valor de despesas de representação para o cargo de direcção superior de 1.º grau; -----

ii) Ao cargo de direcção intermédia de quarto grau corresponde uma remuneração de 40% do valor da remuneração fixada para o cargo de direcção superior de 1.º grau, à qual acrescem despesas de representação no valor correspondente a 7% do valor de despesas de representação para o cargo de direcção superior de 1.º grau. -----

D. Em tudo o que estiver omissa, são aplicáveis aos cargos de direcção intermédia de 3.º e 4.º grau, as disposições dos diplomas que estabelecem o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local com as necessárias adaptações. -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: A imposição legal da reestruturação de serviços até 31 de Dezembro de 2010. -----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM: O disposto nos artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 19.º do Decreto-Lei 350/2009, de 31 de Dezembro e na alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DOIS: O disposto no n.º 3 do artigo 2.º do D.L. 93/2004, de 20 de Abril, alterada pelo D.L. 104/2006, de 7 de Junho, e pelo D.L. 305/2009, de 23 de Outubro, artigo 29.º da Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro, artigo 25.º da Lei 3-B/2010, de 28 de Abril.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, referindo que o Grupo Municipal do PS se iria abster na votação deste assunto, porque se tratava de matéria relativa à organização interna dos Serviços Municipais que o Executivo entendeu ser a melhor para governar a Câmara Municipal, pelo que, desejou êxito na sua implementação. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e um do Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, eleito do BE, e quatro abstenções dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.”-----

---d) Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Santiago do Cacém. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à Senhora Vereadora Margarida Santos, com competência delegada nesta

matéria, a qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a proposta de alteração do Regulamento do Funcionamento das Piscinas Municipais de Santiago do Cacém, incorporada em novo texto de Projecto de Regulamento, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Após avaliação técnica de funcionamento e necessidades de oferta de actividade física por parte dos utentes das Piscinas Municipais de Santiago do Cacém, surge a proposta de alteração ao Regulamento que nomeadamente, permite a utilização do ginásio para aulas de grupo e uma escolha, menos condicionada, do número de aulas em que o utente se pode inscrever.-----

As alterações propostas visam a melhoria da qualidade do serviço prestado aos utentes.”

*Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, apelando para que a Câmara Municipal repensasse o calendário de férias do pessoal e da manutenção das piscinas de forma a reduzir o seu período de encerramento, a exemplo de outras piscinas municipais existentes no País, dado que no ano em curso houve um intervalo de quase dois meses no seu funcionamento, o qual se estendeu até Outubro.-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, questionou o Senhor Francisco Roque, no sentido de saber se as outras piscinas a que se referiu tinham só um tanque, tendo em conta que não se podia fazer a manutenção das mesmas com pessoas lá dentro. Acrescentou ainda que as Piscinas Municipais tinham um programa muito apertado de aulas de formação e de manutenção. -----

O Senhor Francisco Roque esclareceu que as piscinas a que se referiu eram idênticas às Piscinas Municipais, com um tanque para adultos e outro para crianças, acrescentando que a questão principal será o calendário de férias de pessoal.-----

Mais referiu que a carga intensiva do programa das piscinas era mais uma razão para que as mesmas estivessem mais tempo a funcionar, a fim de evitar um período demasiado alargado sem treinos.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o Relatório de Actividades da Câmara Municipal relativas aos meses de Setembro e Outubro do ano em curso, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou o documento para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora do dia dezoito de Dezembro de dois mil e dez. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----
